

FHC quer adiar votação da MP do mínimo para depois do feriado

Cardoso, Fernando Henrique

Governo não vai garantir acordo com o PFL para votar medida dia 26

Sebastião Pedra

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai tentar adiar para depois dos feriados da Semana Santa a votação da Medida Provisória (MP) do salário mínimo e não vai garantir acordo com o PFL para votar a medida no dia 26, como quer o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "O Governo não aceitará nenhuma alteração na medida provisória que signifique a volta da reindexação da economia", anunciou o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira. O porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, revelou que o presidente da República vai antecipar por um dia, a reedição da Medida Provisória que fixou em R\$ 151 o novo salário mínimo, por causa do feriado de 21 de abril.

Em reunião na noite de ontem com a coordenação política do seu governo, o presidente Fernando Henrique decidiu mobilizar sua tropa de choque para aprovar esta semana o projeto que delega aos estados poderes para fixar pisos salariais. "O Governo confia que essa nova política de permitir que os estados fixem os pisos superiores ao nacional será melhor compreendida", disse o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. O ministro não acredita em mudanças na proposta que aumenta o salário mínimo.

"Não foi apresentada nenhuma proposta do Governo ao PFL. A posição do Governo está definida. Vamos insistir em



Aloysio: "Posição do Governo está definida e vamos insistir em manter a MP sem alterações"

manter a Medida Provisória sem alterações", informou o secretário-geral da Presidência da República, ministro Aloysio Nunes Ferreira. "A idéia é aproveitar um projeto do deputado Nei Lopes (PFL-RN), que estabelece uma regra permanente de reajuste do salário mínimo de acordo com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB)", disse. O PFL deve apresentar sua proposta aos outros partidos para ver a reação deles", sugeriu Aloysio. "O Governo não tem como dizer sim ou não, por que isso ainda não foi formalizado como proposta pelo PFL. É apenas uma idéia que surgiu e o próprio PFL ainda

não disse que essa é a sua proposta oficial", acrescentou o ministro. "Conversei com alguns líderes do PFL sobre o assunto, tenho simpatia por ela, mas nem sei se essa idéia vai sobreviver como proposta", frisou Aloysio.

Consciente da dificuldade de reunir quórum para votar até amanhã o projeto do piso salarial, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP) apressou-se em convocar todos os líderes partidários, com um apelo inédito. Usou um superlativo para definir a importância da presença de todos. "Temos matérias relevantíssimas na pauta", disse, em telegramas

de convocação. Os líderes aliados, por sua vez, repetiram o esforço de mobilização com telegramas às bancadas.

A tarefa exigirá uma manobra do Governo e um esforço adicional dos aliados na Câmara. Com o objetivo de apressar os pisos, o Planalto poderá ser forçado a abrir mão da urgência constitucional que pediu para a votação do projeto que trata da estrutura administrativa e funcional das agências reguladoras. Além de vencer a dificuldade para reunir quórum às vésperas dos feriados da Semana Santa, os governistas terão de derrotar a obstrução dos adversários.